



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 (DEZ) DO MÊS DE ABRIL DE 2018 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (PÓRTICO).

Às 08:50 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 09/04/18, reuniram-se os conselheiros titulares e suplentes cujas assinaturas constam da folha de presença em anexo na data e local acima indicado, para discutir as seguintes pautas do dia: **1) Gestão compartilhada do Parque Estadual Costa do Sol; 2) Poluição Sonora: levantamento da legislação vigente, infrações, valor atual de multas.**

Tendo sido verificado quórum – **07 (sete) de conselheiros** titulares e/ou suplentes presentes, conforme estipula o Art. 18 do Regimento Interno do CMMA; o Presidente deu início à reunião, com a conselheira Mônica Casarin secretariando, com a leitura da ata anterior e sua aprovação. Passou-se então para os itens da pauta.

1) Gestão compartilhada do Parque Estadual Costa do Sol – o secretário Cássio Cunha pediu a palavra para esclarecer o motivo da pauta, já que o presidente do Conselho Consultivo do Parque Costa do Sol, senhor André Cavalcanti havia dito que cada cidade deveria assumir responsabilidade sobre suas áreas dentro do parque. Cássio disse que não concordava com a fala de Cavalcanti já que a gestão do PEC-Sol está sucateada, não tem fiscalização e nem controle; e que se os municípios fossem assumir a responsabilidade sobre a fiscalização de suas áreas do parque, deveriam então receber as verbas destinadas ao PEC-Sol. A vereadora Gladys Nunes pediu a palavra para dizer que está muito preocupada com a área de Tucuns que está se transformando, rapidamente, parecida com o Morro do Alemão, principalmente no trecho da Rua do Retiro e do Bosque; e o mesmo vem acontecendo com Maria Joaquina – que já estaria chegando quase a São Pedro da Aldeia - e o Mangue de Pedras, que estão sendo invadidos por traficantes e milicianos. A vereadora disse que, se não se tem dinheiro para contratar fiscais para controlar, pode-se usar a GM e Guarda Florestal. Disse ainda estar preocupada com as obras que estão sendo feitas na área dos Alagados /golfe/Marina, com a abertura de ruas, sem nenhuma placa de licenciamento, e que havia ligado para a secretaria de Desenvolvimento Urbano e o secretário Humberto Alves lhe informou este assunto deveria ser tratado com o Ministério Público e não com ele. A vereadora também disse que o problema é que as secretarias não trabalham em conjunto e não se comunicam, dificultando as ações e fiscalizações na cidade. O secretário Cássio pediu a palavra para explicar que Búzios ainda conta com a Guarda Ambiental, que faz algumas operações nas invasões de áreas públicas, mas quando a área é privada precisa ter uma ação demolitória e isto leva tempo. O conselheiro Hector Sirera pediu a palavra para dizer que fica esperançoso ao ver com os conselhos municipais, em sua maioria, estão funcionando e que espera que esta discussão alcance o objetivo de impulsionar a participação do poder municipal na administração do PEC-Sol, lembrou aos presentes que a verba estadual para fazer o Plano de Manejo do parque já foi liberada e os trabalhos já se iniciaram. O secretário Cássio pediu a palavra para dizer que já que o INEA diz que não tem pessoal para cuidar da fiscalização de todo o parque, deveria passar a gestão para os municípios. O empresário ouvinte, Nani Mancini pediu a palavra para dizer que a realidade é que o Brasil é um país de terceiro mundo, desorganizado e que não tem planejamento; disse que não basta ter a legislação, pois ela não vai funcionar pois as cidades estão crescendo muito rápido se hoje temos 30 mil habitantes em Búzios, daqui a pouco tempo teremos 50 mil e a pressão das invasões vai aumentar. Disse que a única solução seria 'exterminar' com o PEC-Sol e formar parcerias público-privadas para ocupar e controlar estas áreas; transformando as áreas nobres em áreas de luxo e organizando outras áreas para habitação popular. A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para dizer que é possível se investir em fiscalização e manutenção de áreas de interesse ambiental assim que o Fundo Municipal de Meio Ambiente

NGA



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

entrar de fato em funcionamento. Lembrou que este conselho definiu este Fundo como prioridade há dois anos e ainda não alcançou seu objetivo; mas com ele em funcionamento o meio ambiente terá verbas municipais, estaduais e federais para investir. A conselheira Denise Morand pediu a palavra para dizer que participa das reuniões do Conselho do PEC-Sol e que atualmente os conselheiros estão trabalhando no levantamento de vegetação para construir o Plano de Manejo do Parque. A conselheira sugeriu a importância da participação da Procuradoria Municipal na gestão do Parque, pois existem loteamentos que foram feitos irregularmente, no passado, e que hoje estas áreas estão dentro do parque; portanto a Procuradoria tem que analisar a possibilidade de anulação de lotes, já que não foram atos jurídicos perfeitos e custaria muito menos que indenizar estes proprietários. A conselheira lamentou que o Planejamento Urbano da cidade fique focado em pequenas obras, enquanto ele deveria estar planejando a cidade como um todo. Disse também que acha possível e saudável que o PEC-Sol seja cuidado tanto pelo Estado quanto pelos municípios. O empresário ouvinte Mário José pediu a palavra para dizer que o Conselho de Meio Ambiente não funciona como grupo, apenas como indivíduos separados e que a próxima pauta do CMMA deveria ser uma reavaliação da sua forma de agir. O presidente Rodolpho Perissé pediu a palavra para dizer que até o momento o conselho está agindo de forma coletiva em busca dos seus objetivos. A vereadora Joice Costa pediu a palavra para dizer que em dezembro de 2017 foi criada uma comissão especial na Câmara de Vereadores para acompanhar a gestão do PEC-Sol; que esta comissão tem que ser reativada e passar a ser convidada para participar das reuniões do conselho do PEC-Sol. Disse ainda que esta comissão irá oficializar o INEA para saber exatamente quais são as famílias buzianas que tem propriedades dentro da área do parque, para assim termos uma visão melhor do que o município pode fazer. O conselheiro Hector Sirera pediu a palavra para lembrar que a lei federal que dispõe sobre a criação de parque – que ele não se lembrava o numero no momento – obriga os Estados a criarem parques e aos municípios de participarem da gestão destes; e disse que para fazer o parque realmente funcionar todos têm que ajudar e participar. Finalizada a discussão, passou-se para o segundo e último item da pauta 2) **Poluição Sonora: levantamento da legislação vigente, infrações, valor atual de multas** – O presidente Rodolpho Perissé pediu a palavra para dizer que em sua opinião o principal problema com a legislação atual seria o valor das multas, muito baixo e por isto não estaria inibindo os excessos; e sugeriu que para corrigir isto dever-se-ia modificar o Código Tributário. O conselheiro Thomas Weber pediu a palavra para dizer que além a legislação municipal - Lei Nº 682/08 – teria que ser revista para se adaptar às legislações estadual e de eventos – que esta sendo criada aqui no município. Ele lembrou que a sugestão do conselheiro Leonardo Rodrigues – que não está presente – era de que a lei se baseasse no zoneamento municipal para definir as proibições. O secretário Cássio Cunha pediu a palavra para dizer que no seu entendimento a principal ferramenta, hoje, para controlar a poluição sonora de estabelecimentos comerciais é o alvará. Que seus fiscais estão multando os estabelecimentos que não possuem alvará próprio para eventos com música. O senhor Nani Mancini pediu a palavra para questionar qual é a cidade que queremos; que somente a praia não é suficiente para sustentar todo um comércio local, que a cidade precisa planejar e o principal seria um calendário de eventos e um zoneamento. O conselheiro Thomas questionou se é possível aumentar o limite sonoro imposto pela legislação e foi informado que depende do que dizem as leis estaduais e municipais, pois se houver divergência entre elas, prevalece a de menor impacto. Cássio disse que o som em ambiente interno é fácil resolver com isolamento acústico e que no caso de ambiente externo pode-se propor o que for interessante para o município. Hector disse que é importante lembrar que a cidade tem zonas comerciais, como centro, que são fontes produtoras de ruído por si só e outras que são mais residenciais. E que teríamos que pensar ainda em outras fontes poluidoras como veículos, anúncios de lojas etc. Mônica Casarin disse que acha um erro a legislação ser tão detalhista em o que pode e o que não pode; teria que ser mais uma legislação de base. Mário José pediu

MJP



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

a palavra para dizer que apesar de o centro ter muito comércio, também tem casas e por isto é importante regulamentar a questão da emissão sonora pensando em todos. O presidente Rodolpho pediu a palavra para perguntar à vereadora Joice se a Câmara de Vereadores pode propor uma mudança no Código Tributário para aumentar a penalidade da poluição sonora. A vereadora Joice disse que em 2013 já houve uma proposta de mudança no Código, quando foi criada uma câmara técnica de vários segmentos para discutir a mudança; e acredita que se a iniciativa partir da sociedade civil será bem recebida no Legislativo. Finalizada as discussões, foi proposto, e aceito, a constituição de uma Câmara Técnica que irá estudar e propor as modificações no projeto de lei 682/08; que está formada com os seguintes conselheiros: Mônica Casarin (AMOCA), Julio Linhares (AMA-GERIBA), Hector Sirera (AHB); com o compromisso de incentivar a participação de setores do governo, do legislativo e da sociedade organizada neste trabalho, sem prazo definido para apresentação do relatório.

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião deu-se por encerrada às 11:30 hs, da qual foi lavrada presente ata por Mônica Casarin Fernandes Elsen, e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Rodolpho D. Perissé Moreira - Presidente

Mônica Casarin F. Elsen – Secretária